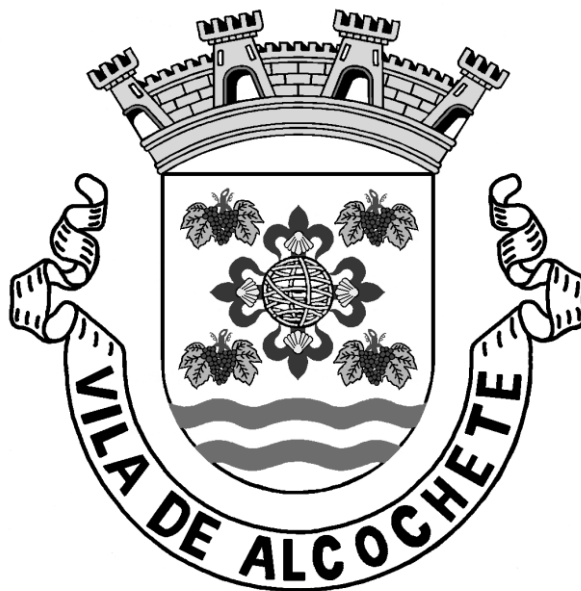




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 13

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 03 DE JULHO DE 2024

ÍNDICE

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	9
C. ORDEM DO DIA	9
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	9
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	9
3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	10
3.1. PLANO DE COORDENAÇÃO – FESTAS POPULARES DE SAMOUÇO – EDIÇÃO 2024.....	10
3.2. PLANO DE COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO – CONSULTA PÚBLICA	11
3.3. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS AO FUTEBOL CLUBE DE SÃO FRANCISCO E AO GRUPO DESPORTIVO ALEGRIA E TRABALHO DA BARROCA D'ALVA	12
3.4. RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO, NO ÂMBITO DO PROC.º DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO N.º LE/2023/12 - ALVARÁ URBANIZAÇÃO N.º 1/2023	13
3.5. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ENA, S.ENERGIA E O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE, PARA IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIDA - "FRIO EFICIENTE NAS LOTAS E MERCADOS MUNICIPAIS DE PORTUGAL", NO ÂMBITO DO PPEC 2020 - 2021 (7.ª EDIÇÃO) DA ERSE - MERCADO MUNICIPAL DE ALCOCHETE	14
3.6. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A S.ENERGIA E O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE, PARA IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIDA - "CADERNETA ENERGÉTICA" NO ÂMBITO DO PPEC 2020 - 2021 (7.ª EDIÇÃO) DA ERSE	16
5. APOIOS FINANCEIROS	18
6. INFORMAÇÕES	18
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	19
ENCERRAMENTO	19

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Ana Sofia Madeira Maduro e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltaram por motivo considerado justificado a senhora vereadora Natacha Patrícia Bexiga Patinha, o senhor vereador Dário João Ferra Moura, o senhor Pedro Jorge Marcelino Ferreira, a senhora Maria Luísa Botelho Figueira de Albuquerque Salsa, o senhor Estêvão António das Neves Boieiro, o senhor Rodolfo Soares Marques Pereira e a senhora Ana Paula Zeverino Gonçalves.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia o senhor presidente informou que está a decorrer na FIL (Feira Internacional de Lisboa), a FIA (Feira Internacional de Artesanato), cujo assunto tem um significado extremo, porque se conseguiu reunir um conjunto de artesãos e artesãs que em representação do Município de Alcochete estarão ao longo desta semana a marcar presença e a promover os produtos endógenos no maior certame ibérico de artesanato.

Partilhou que está a decorrer com todos os autarcas da Península de Setúbal, os procedimentos necessários para a criação da CIM (Comissão Intermunicipal), tal como já tinha adiantado na última reunião de câmara e na Assembleia Municipal de Alcochete onde foi aprovada por unanimidade uma Moção que demonstra a importância que tem a criação da CIM para a Península de Setúbal, onde fundamentalmente e por questões inerentes à gestão de fundos comunitários, irá permitir às autarquias da Península de Setúbal uma maior capacidade de investimento.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro em resposta ao solicitado pelo senhor vereador Jorge Giro, na reunião de câmara de 07 de junho de 2024, informou que em relação aos movimentos de recursos humanos desde que o executivo está no exercício das suas funções (2017), até junho de 2024, entraram 83 Assistentes Operacionais, aos quais se acrescentam 93 trabalhadores por via da transferência de competências, 17 Assistentes Técnicos, mais 14 pela transferência de competências e ingressaram 18 Técnicos Superiores.

Adiantou que estão a decorrer alguns procedimentos concursais e no dia de ontem entraram 8 Assistentes Operacionais, faltando ingressar mais 16 Assistentes Operacionais e 6 Técnicos Superiores.

O senhor vereador Jorge Giro abordou a situação do “Parque de Merendas” do Samouco, expondo que teve a oportunidade de assistir à Assembleia de Freguesia do Samouco, onde o senhor presidente da junta de freguesia partilhou algumas explicações sobre o que se passa no local e pela razão do mesmo estar encerrado ao público, uma decisão que teve como base a queda de uma árvore e outras que não caíram mas que irão ser abatidas.

Questionou se esta situação se comprova e que árvores do “Parque de Merendas” serão abatidas.

Referiu que o Centro de Saúde do Samouco estava sem serviço de enfermagem e tendo agora o município a responsabilidade direta sobre a saúde em Alcochete, onde a nível de médicos a oferta em todo o concelho é parca e a nível de enfermagem a população do Samouco não pode estar sem esta assistência.

Questionou se a situação já está ultrapassada, caso contrário qual é a previsão para ficar resolvida.

Continuou aludindo que o condomínio “Jardins do Tejo”, no Samouco, solicitou à câmara municipal que quando fosse efetuada alguma desinfestação, que lhes fosse comunicado previamente, para que tivessem a possibilidade de ao mesmo tempo que a empresa que presta serviços para a autarquia, a empresa contratada pelo condomínio pudesse efetuar a ação em simultâneo dentro do mesmo, evitando que as baratas tivessem fugido para dentro do condomínio e das habitações.

Alertou que há munícipes que residem na rua Dona Maria Teresa de Noronha, mas que têm varandas viradas para a praça Luís de Camões e que estão impedidos de usufruir daquele espaço da habitação, porque as árvores estão a invadir as varandas.

Recordou que na referida praça existiu por 2 vezes fitas a isolar o estacionamento, com informação da realização da poda das árvores, mas que acabou por não acontecer.

Seguidamente asseverou que é público que a câmara municipal adjudicou a uma entidade externa um valor de €7.276,00 e outro de €5.202,00 para elaborar um projeto de construção de um parque canídeo no Samouco e em São Francisco e também o projeto de um parque de merendas em São Francisco, tendo referido que não tem nada contra os parques canídeos, porém, questionou se os arquitetos, os técnicos superiores da autarquia não conseguem realizar um projeto que não lhe parece ser de grande dificuldade.

Expôs que já existem várias CIM^{ts} em Portugal, estando em causa a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, onde tem existido algumas reuniões e que o senhor presidente da Câmara Municipal de Alcochete faltou sem se fazer substituir.

O senhor presidente elucidou que o assunto da falta do serviço de enfermagem é uma situação recente, mas que já haveria solicitado ao Setor da Câmara Municipal de Alcochete que tem a área da saúde para que verificasse se esta é ou não uma situação provisória e resolúvel no menor tempo possível, para que possa intervir junto do Governo.

Explicou que como é do conhecimento do senhor vereador Jorge Giro, tudo o que tem a ver com médicos e enfermeiros não é da competência da câmara municipal, mas sim do Ministério da Saúde.

Sobre o parque canídeo informou que tem existido uma boa afluência na infraestrutura implementada na zona da Quebrada Norte, esperando que se mantenha a cidadania existente, o respeito por aquilo que é público, também será criado em São Francisco e no Samouco cujos projetos estão em curso.

Continuou afirmando que quando a senhora vereadora Ana Sofia Maduro falou sobre a questão dos técnicos superiores, não se recorda de ter havido referências para que áreas entraram e que cuja matéria, atualmente tem contornos completamente distintos daquilo que havia na legislatura anterior. Entre o período de 2017 e 2021 e de 2021 até ao presente, há diferenças significativas no que diz respeito à contratação pública, o que obriga a autarquia a um conjunto de pressupostos que até há 2 anos eles não eram necessários.

Explicou que o cidadão comum quando ouve falar do parque canídeo pensa que é um pedaço de terra, com uma vedação à volta para os animais, todavia, para que possa ser concretizado necessita de ter um projeto de arquitetura, ter um projeto de especialidades onde se inclui a iluminação, água e esgotos. Tem na ideia que de todos os técnicos superiores contratados, se existir um que tenha tido como destino a DAT (Divisão de Administração do Território) possivelmente será muito.

Informou que os técnicos da câmara efetuam um desenho prévio que depois alimenta o projeto, onde atualmente, pela aquisição de equipamento já é possível realizar o desenho em 3D, permitindo obter uma maior amplitude do que será a obra.

Afirmou que é um facto que faltou a uma reunião da CIM, a qual foi marcada com 2 dias de antecedência, onde já tinha compromissos assumidos, contudo, fez-se representar pelo senhor presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Dr. Frederico Rosa, frisando que foi dos primeiros presidentes de câmara a alavancar o procedimento da CIM que irá ser uma mais-valia para todos os municípios da Península de Setúbal.

O senhor vereador Pedro Lavrado por solicitação do senhor presidente, informou que em relação ao “Parque de Merendas” do Samouco, é público que há cerca de 2 meses caiu um eucalipto de grande porte, sem se saber o porquê, não chovia e nem havia vento. Foi solicitado a uma empresa da especialidade que se procedesse a uma avaliação de todo o arvoredado do parque, onde se concluiu que todas as árvores da espécie dos eucaliptos deveriam ser abatidas, adiantando que os procedimentos estão a ser executados para que se possa avançar com o abate e posteriormente se replantar o arvoredado, reabilitar o espaço e enquanto as árvores não crescem irão ser colocados alguns toldos, um trabalho que deverá ficar concluído antes do verão de 2025.

Sobre o condomínio “Jardins do Tejo”, aludiu não ter conhecimento sobre alguma solicitação, alegadamente poderá ter sido enviada diretamente para os serviços do município que poderão não ter articulado com o condomínio. A desinfestação foi realizada dentro do planeamento, contudo, irá averiguar esta situação junto dos serviços para saber o que se passou.

Em relação às árvores da praça Luís de Camões, confirmou que estiveram afixados no local os editais dando conta da intervenção, porém, existiu um problema com a empresa, que acabou por não conseguir realizar a tarefa no tempo previsto, entendendo-se por isso adiar a poda para mais tarde.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro, sobre a questão dos técnicos superiores, confirmou o que o senhor presidente transmitiu, complementando que a abertura dos procedimentos concursais são presentes em reunião de câmara, onde normalmente se apresenta o enquadramento da abertura concursal.

Lembrou que em relação à DAT existiram 2 procedimentos; 1 para Geógrafo e outro para Arquiteto, ambos para colmatar a saída de 2 técnicos superiores.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares completou a informação partilhada pelo senhor presidente, adiantando que o território de Alcochete tem 4 enfermeiras na Unidade de Cuidados de Saúde para Alcochete e Samouco, existindo no Centro de Saúde de Alcochete a Unidade de Saúde Familiar com outros enfermeiros.

Explicou que das 4 enfermeiras referidas, duas encontram-se de baixa e quem se encontra ao serviço tem de se dividir por todo o concelho, causando algumas dificuldades em todo o serviço. Adiantou que o senhor Enfermeiro Diretor do Conselho de Administração transmitiu que iriam elaborar uma escala de forma a informar as pessoas.

Sublinhou que o município nada tem a ver diretamente com a gestão dos médicos ou da enfermagem, cabendo-lhe a responsabilidade de zelar pelo edificado, limpeza e segurança. Contudo, quer da parte do executivo municipal, quer da parte do senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco, tem existido contatos reiterados com a tutela, para que esta situação seja resolvida.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que nunca afirmou que alguns dos 18 técnicos superiores tenham integrado a DAT, apenas terá colocado a dúvida.

Realçou que acerca dos projetos, compreende a parte das especialidades, mas algo diferente é existindo um projeto, que até pode estar elaborado em 3D e contratar-se uma empresa para desenvolver uma ideia do princípio, por outro lado é ter a parte inicial criada e solicitar à empresa que lhe dê continuidade, adiantando que é do conhecimento de todos, que existem na autarquia arquitetos com formação suficiente para fazer um projeto para um parque canídeo.

Sobre o “Parque de Merendas” referiu que sendo interessado no assunto, irá ler o estudo, até porque no passado teve a obrigatoriedade de abater algumas árvores, porém, nunca o terá feito sem motivo técnico.

Em relação às árvores da praça Luís de Camões, é da opinião que teria sido essencial informar os residentes sobre o motivo de não se ter realizado a poda das mesmas.

Concluiu, expondo que sobre o condomínio “Jardins do Tejo”, que já existe há muitos anos e porventura também se tenha falhado por alguma vez, a desinfestação era sempre realizada de forma articulada, esperando que em ações futuras exista esse cuidado.

O senhor presidente esclareceu que entre engenheiros e arquitetos da área do planeamento da câmara municipal existem 7 ou 8 pessoas, adiantando que dispõem de informações das autarquias que realizam os próprios projetos, de qualquer dimensão e dando o exemplo da Câmara Municipal da Moita que tem 30 engenheiros/arquitetos que se dedicam a estas tarefas, aludindo que na Câmara Municipal de Alcochete não se fazem os projetos, não por incompetência dos colaboradores, mas sim, porque eles não existem em número suficiente e nem a autarquia possui os equipamentos necessários para a sua elaboração, o que é diferente de se fazer um anteprojecto que servirá de base.

Sobre a questão do condomínio sublinhou que estas situações lhe causam preocupação, porque quando alguém lhe escreve, terá de ter uma resposta e mesmo que possa demorar algum tempo essa pessoa terá de ter um *feedback*.

Solicitou ao senhor vereador Pedro Lavrado que aferisse a existência de algum pedido por parte do condomínio, ressalvando que independentemente da situação, o município de cada vez que realiza uma desinsetização, desbaratização ou procedimento semelhante, comunica antecipadamente através dos meios disponíveis, onde inclusivamente se informa o tipo de produto que é aplicado.

O senhor vereador Jorge Giro referiu ter muitas dúvidas que a câmara anuncie nos seus meios os locais específicos onde irá realizar este tipo de ações, recordando que há uns meses, na rua José André dos Santos em Alcochete, a empresa que procedia à desinfestação, fazia-o sem qualquer controlo por parte da autarquia, para que desta forma o produto pudesse ser aplicado em todas as caixas e que segundo foi informado tal não aconteceu.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €3.528.904,39 (três milhões, quinhentos e vinte oito mil, novecentos e quatro euros e trinta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 19/06/2024 e 02/07/2024, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €817.643,34 (oitocentos e dezassete mil, seiscentos e quarenta e três euros e trinta e quatro cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 2434 ao n.º 2787.

A Câmara tomou conhecimento.

3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

3.1. Plano de Coordenação – Festas Populares de Samouco – Edição 2024

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A necessidade de constituir um dispositivo de prevenção e resposta integrado, no âmbito da proteção e socorro, adequado ao risco acrescido e identificado, com elevado grau de prontidão, têm sido uma preocupação do Serviço Municipal de Protecção Civil, no desenvolvimento de ações preventivas que procuram salvaguardar a segurança de pessoas e bens, durante o período das Festas Populares de Samouco que decorrem de 12 de julho a 16 de julho, para o qual foi elaborado o Plano de Coordenação (PC), em estreita articulação com os Bombeiros Voluntários de Alcochete, Guarda Nacional Republicana, Autoridade de Saúde Local, Junta de Freguesia de Samouco e Comissão de Festas de Samouco.

Neste PC, eminentemente operacional, estão referenciadas as estratégias de atuação dos agentes de Protecção Civil, as suas responsabilidades, os sistemas de alerta, os planos prévios de intervenção, a estrutura de coordenação, a administração e logística, entre outras medidas preventivas, como essencial para obtenção de um bom planeamento e organização das operações de proteção e socorro necessárias à resposta.

Assim e após análise, propõe-se a aprovação do referido plano que será remetido a todas as entidades envolvidas e à Autoridade Nacional de Protecção Civil – Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal, para período de vigência referido anteriormente.»

Submetida à discussão o senhor vereador Jorge Giro enalteceu o trabalho do senhor engenheiro João Marques, mentor deste plano, estando convicto que o mesmo vai melhorando de ano para o ano, sendo notória a segurança existente nas festas.

Realçou que enquanto munícipe fica contente por existir um plano que embora não salvaguarda tudo, minimiza o que de pior possa acontecer a pessoas e bens.

O senhor presidente concordou com as palavras do senhor vereador Jorge Giro, referindo que tem existido um trabalho exponencial com desafios que se renovam a cada ano, mas também o conhecimento acumulado explanado no plano, previne o essencial, que no seu teor já é muitíssimo completo.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

3.2. Plano de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo – Consulta Pública

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. A Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), composta pelos Municípios abrangidos pelo território da RNET (Vila Franca de Xira, Benavente e Alcochete), elaborou uma Proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo 2025-2028 (em anexo);
2. A referida proposta deverá ser objeto de consulta pública, entre 15 de julho e 30 de setembro do corrente ano, através de edital conforme minuta que se encontra em anexo;
3. Este edital deverá ser aprovado em Reunião de Câmara de cada um dos municípios abrangidos pelo território da RNET (Vila Franca de Xira, Benavente e Alcochete), de forma a permitir a submissão a consulta pública da proposta.

Propõe-se que:

1. Seja aprovado em reunião de câmara o edital para anúncio da consulta pública da proposta de Plano de Cogestão da RNET para o quadriénio de 2025-2028, de forma a permitir a sua submissão a consulta pública.»

Submetida à discussão, o senhor vereador Jorge Giro aludiu que a RNET é composta por 3 municípios, não compreendendo porque é que o senhor presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira preside à Comissão de Cogestão, o senhor presidente da Câmara Municipal de Benavente o substitui na sua ausência e o senhor presidente da Câmara Municipal de Alcochete fica de fora.

Expressou que é da opinião que faria mais sentido em vez de substituto, existir 1.º e 2.º suplente, de modo que o Município de Alcochete também ficasse representado pelo seu presidente.

O senhor presidente esclareceu que este assunto tem as suas regras, é um processo onde sempre esteve envolvido, mas que o seu nome não consta, porque a comissão não pode ter 2 vice-presidentes, partilhando que desempenha as funções de presidente do Conselho Consultivo da Comissão.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo 2025-2028 e Minuta, como **Doc. 1**.

3.3. Isenção do pagamento de taxas de utilização das Instalações Desportivas ao Futebol Clube de São Francisco e ao Grupo Desportivo Alegria e Trabalho da Barroca d'Alva

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Futebol Clube São Francisco fundado a 19 de março de 1977, organizou no Pavilhão Gimnodesportivo de Alcochete, durante os dias 15 e 16 de junho de 2024, um torneio de Futsal, denominado "Torneio de Encerramento de Época em Futsal - Alcochete 2024".

Neste torneio, marcaram presença clubes de grande prestígio nacional da modalidade, atletas, familiares e adeptos de diferentes localidades, o que serviu de promoção para o clube e para o concelho de Alcochete.

Também o Grupo Desportivo Alegria e Trabalho da Barroca D'Alva, fundado a 1 de agosto de 1953, organizou no Pavilhão Municipal do Samouco, durante os dias 22 e 23 de junho, um torneio de Futsal, denominado "XII Torneio GDAT Barroca D'Alva Futsal".

Durante dois dias de competição, atletas, familiares, acompanhantes e público em geral, puderam assistir aos jogos dos futuros atletas desta modalidade, num ambiente de convívio e descontração.

Considerando o relevante interesse desportivo para o município destas iniciativas, propõem-se a isenção do pagamento de taxas de utilização do Pavilhão de Alcochete, ao Futebol Clube de São Francisco no valor de €116,70 (cento e dezasseis euros e setenta cêntimos) e a isenção do pagamento de taxas de utilização do Pavilhão do Samouco, ao Grupo Desportivo Alegria e Trabalho da Barroca D'Alva no valor de €116,70 (cento e dezasseis euros e setenta cêntimos), nos termos do disposto na alínea a) e b), n.º 2, do artigo 9.º do Regulamento das Taxas Municipais, publicado em "Diário da República", 2.ª Série, de 3 de dezembro de 2010.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

3.4. Receção Provisória das Obras de Urbanização e Redução da Caução, no âmbito do Proc.º de Obras de Construção e Urbanização n.º LE/2023/12 - Alvará Urbanização n.º 1/2023

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. A requerente – Sistemas Mcdonald`s Portugal, Lda. - Proc.º LE/2023/12, na qualidade de proprietária solicita, através do requerimento n.º LE/2024/1724/SPO, a receção provisória das obras de urbanização do alvará em epígrafe;
2. Conforme o auto de vistoria realizado em 04/06/2024, considera-se que as obras de urbanização, encontram-se em condições de serem rececionadas provisoriamente;
3. Assim, deve ser mantido um valor caucionado correspondente a 10%, que só poderão ser libertados com a receção definitiva das obras de urbanização.

Propõe-se que:

1. Seja homologado o auto da receção provisória acima referido;
2. O valor de €113.422,73 (cento e treze mil, quatrocentos e vinte e dois euros e sessenta e três cêntimos), atualmente caucionado, seja reduzido em €85.897,44 (oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete euros e quarenta e quatro cêntimos), mantendo caucionado o valor de €27.525,28 (vinte e sete mil, quinhentos e vinte e cinco euros e vinte e oito cêntimos), destinado a garantir a conclusão e a boa execução das obras de urbanização relativas aos arruamentos, às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e espaços verdes, que a mesma poderá ser libertada com a receção definitiva das obras de urbanização.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

3.5. Protocolo de Cooperação entre a ENA, S.ENERGIA e o Município de Alcochete, para implementação da medida - "FRIO EFICIENTE NAS LOTAS E MERCADOS

MUNICIPAIS DE PORTUGAL", no âmbito do PPEC 2020 - 2021 (7.ª EDIÇÃO) da
ERSE - Mercado Municipal de Alcochete

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

No âmbito do Plano de Promoção de Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (abreviadamente também designado por PPEC), que tem como objetivo prioritário, apoiar financeiramente iniciativas que promovam a eficiência e redução do consumo de eletricidade nos diferentes segmentos de consumidores.

Os promotores e consumidores de energia elétrica e de gás assumem um papel muito relevante no PPEC, desde a fase de consulta pública até à apresentação de candidaturas e posterior implementação, pelo que se reconhece, a importância de celebração do presente protocolo com o promotor da candidatura à medida ENA_TC01, da 7.ª edição do PPEC, homologada pelo Despacho n.º 5605/2022, de 27 de abril, publicado na 2.ª Série do “Diário da República” n.º 89, de 9 de maio de 2022.

O presente Protocolo estabelece o âmbito e os objetivos da colaboração a concretizar no domínio da eficiência energética, relativamente às ações concretas a desenvolver na aplicação da Medida “Frio Eficiente” nas Lotas e Mercados Municipais de Portugal.

Os trabalhos a desenvolver, serão realizados no Mercado Municipal de Alcochete e centrar-se-ão na substituição das borrachas de duas portas, de duas câmaras frigoríficas e respetiva afinação das mesmas, eliminando as suas folgas, reduzindo as perdas pela envolvente das mesmas.

O Protocolo em causa assumirá um valor máximo de €61,75 (sessenta e um euros e setenta e cinco cêntimos), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Propõe-se que:

Seja celebrado o Protocolo de Cooperação, com vista ao desenvolvimento das relações de cooperação em domínios de interesse mútuo e autorizada a respetiva a despesa que se encontra devidamente cabimentada.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 2**.

3.6. Protocolo de Cooperação entre a S.ENERGIA e o Município de Alcochete, para implementação da medida - "CADERNETA ENERGÉTICA" no âmbito do PPEC 2020 - 2021 (7.ª edição) da ERSE

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

O Plano de Promoção de Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (abreviadamente também designado por PPEC) tem como objetivo prioritário, apoiar financeiramente iniciativas que promovam a eficiência e redução do consumo de eletricidade nos diferentes segmentos de consumidores.

No âmbito da 7.ª edição do PPEC, foram rececionadas 75 candidaturas, 30 para medidas tangíveis (que visam a instalação de equipamentos com um nível de eficiência superior ao standard de mercado) e 45 para medidas intangíveis (que visam a disseminação de informação acerca de boas práticas no uso eficiente de energia, com o objetivo de promover mudanças de comportamento dos consumidores).

Os promotores e consumidores de energia elétrica e de gás assumem um papel muito relevante no PPEC, desde a fase de consulta pública até à apresentação de candidaturas e posterior implementação, pelo que se reconhece, a importância de celebração do presente protocolo com o promotor da candidatura à medida SENERGIA_TC02, da 7.ª edição do PPEC, homologada pelo Despacho n.º 5605/2022, de 27 de abril, publicado na 2.ª Série do “Diário da República” n.º 89, de 9 de maio de 2022.

O presente Protocolo estabelece o âmbito e os objetivos da colaboração a concretizar no domínio da eficiência energética, relativamente às ações concretas a desenvolver na aplicação da Medida Caderneta Energética - Ferramenta para a gestão e otimização energética em edifício (SENERGIA_IO2), cujo promotor é a S.ENERGIA, aprovado e cofinanciado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (abreviadamente também designada como ERSE) no âmbito da 7.ª edição do Plano de Promoção de Eficiência no Consumo de Energia Elétrica 2020-2021 (PPEC) e atendendo-se à homologação da candidatura apresentada por esta entidade, para os concursos destinados aos promotores que não sejam empresas do setor elétrico ou do setor do gás, concretizado pelo Despacho n.º 5605/2022, de 27 de abril, publicado na 2.ª Série do “Diário da República” n.º 89, de 9 de maio de 2022.

A Caderneta Energética é uma medida que tem como objetivo dotar os municípios e outras entidades que gerem edifícios de serviços, de uma ferramenta uniformizada de gestão de energia, promoção de eficiência energética, bem como de apoio à tomada de decisões estratégicas.

Os trabalhos a desenvolver no âmbito do presente Protocolo centrar-se-ão nos seguintes objetivos:

- Identificação dos edifícios com o potencial de serem incluídos na Medida Caderneta Energética e potencial de aplicação das metodologias e equipamentos previstos na mesma, com vista à melhoria da eficiência energética dos mesmos;
- Auditorias energéticas simplificadas aos edifícios selecionados para integrarem a medida;
- Desenvolvimento de uma plataforma online para agregação e acesso à informação energética do edifício;
- Fornecimento de *KIT*^s de eficiência energética, doravante denominados *smart meters* e de *smart control*, estes de duas tipologias: Conforto e Energia, para equipar os edifícios selecionados;

- Formação dos operadores e gestores energéticos e operacionais dos edifícios;
- Avaliação dos resultados do projeto;
- Divulgação dos resultados da medida e elaboração de portfólio digital, de forma a exponenciar o efeito multiplicador da medida, no final da mesma será produzido um portfólio das intervenções efetuadas e dos resultados obtidos, que será disponibilizado, em versão digital, a todos os potenciais interessados.

Propõe-se que:

Seja celebrado o Protocolo de Cooperação para implementação da medida - "CADERNETA ENERGÉTICA" entre a S. ENERGIA e o Município de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 3**.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas Propostas.

6. Informações

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado foi apresentada a seguinte informação:

- Ponto de Transição + Próximo

«O “Ponto de Transição +Próximo” está instalado no largo Almirante Gago Coutinho, (jardim do coreto) em Alcochete e está aberto de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, até ao dia 12 de julho, funciona num contentor transformado num espaço

de atendimento presencial, onde é disponibilizado o apoio de um técnico qualificado para prestar, de forma completamente gratuita, os seguintes serviços:

- aconselhamento sobre faturas de eletricidade e gás;
- informação e aconselhamento sobre a obtenção de financiamento para a renovação energética das habitações;
- apoio ao preenchimento de candidaturas e avaliações energéticas das habitações.

A abertura do “Ponto de Transição +Próximo” decorreu no dia 4 de junho e contou com a presença do Executivo Municipal, dos três presidentes das Juntas de Freguesia e de vários técnicos municipais, entre outros representantes.

Este é um projeto que se insere numa política da S.Energia de combate à pobreza energética. Cada vez mais, nas nossas habitações, o conforto térmico vai sendo um problema cada vez mais grave e é uma preocupação não só local, mas também nacional e europeia.

Os munícipes serão gratuitamente apoiados na elaboração das candidaturas ao Vale Eficiência do Fundo Ambiental que tem um valor de comparticipação até ao máximo de €3.900 + IVA por habitação.»

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:13 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.